

Desenvolvimento rural e gênero: as ocupações e rendas das mulheres das famílias agrícolas e rurais sul-rio-grandenses*

Marcelino de Souza♥

Jefferson Andronio Ramundo Staduto♦

Carlos Alves do Nascimento▲

Yonissa Marmitt Wadi•

Isabel de Souza Pereira Tondo*

Palavras-chave: gênero, mulher, ocupações rurais; desenvolvimento rural.

Resumo

este trabalho examina o comportamento das ocupações e das fontes de rendas das mulheres ocupadas nas famílias agrícolas e rurais no Estado do Rio Grande do Sul utilizando-se como base as tabulações especiais dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) do período 2001 a 2005. As estimativas mostraram que na região rural o número de mulheres ocupadas nas famílias agrícolas e rurais cresceu devido ao significativo aumento do número de mulheres trabalhando nas atividades pluriativas e não-agrícolas dentro do universo das famílias conta-própria. Já no grupo empregados o maior crescimento pode ser identificado na atividade não-agrícola, o que tem permitido o crescimento da renda e, por sua vez, tornando-se uma barreira para o êxodo rural. Além disso, as evidências empíricas permitem afirmar que o envolvimento das mulheres em atividades não-agrícolas com participação do trabalho doméstico aumentou significativamente no grupo empregados, enquanto no grupo conta-própria estabilizou-se. O desejável seria a refração desta atividade de caráter precário em todos os grupos de famílias e seria importante que essas mulheres tivessem tido uma oportunidade de estarem inseridas em ocupações que não se constituam numa simples continuação do trabalho de seus lares. Verificou-se também uma participação expressiva de transferências sociais na forma de aposentadorias e pensões e das fontes de renda não-agrícola entre as mulheres das famílias pertencentes ao universo da agricultura familiar. Conclui-se pela necessidade de que as papeis de gênero sejam consideradas nas formulações de políticas públicas e nas organizações rurais.

* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Esta pesquisa conta com o apoio do MCT/CNPq, Edital Nº 50/2006 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA). Contudo, as afirmações nela contida são de inteira responsabilidade dos autores.

♥ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

♦ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

▲ Universidade Federal de Uberlândia - UFU

• Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

* Mestranda do Programa de Desenvolvimento Regional e Agronegócio – UNIOESTE

Desenvolvimento rural e gênero: as ocupações e rendas das mulheres das famílias agrícolas e rurais sul-rio-grandenses*

Marcelino de Souza♥

Jefferson Andronio Ramundo Staduto♦

Carlos Alves do Nascimento▲

Yonissa Marmitt Wadi•

Isabel de Souza Pereira Tondo*

1 – Introdução

A mudança no padrão tecnológico da agropecuária brasileira a partir da década de 1970 refletiu em várias dimensões no meio rural, dentre as quais se destacou o grande deslocamento populacional campo-cidade, inter e intrar-regionalmente. Na primeira metade da década de 1990 ainda ocorria esse fenômeno como constatou Camarano e Abramoway (1999), sendo que a redução dos postos de trabalho agrícola de forma abrupta nessa década é um grande vetor que reforçou esse movimento. Segundo Staduto et al. (2004), ocorreu nessa década um novo ciclo de inovação tecnológica, no qual os equipamentos agrícolas substituem a habilidade humana, tais como no corte da cana, colheita de café e laranja e outras culturas tropicais, de tal ordem que acarretou a redução do trabalho agrícola em muitas regiões.

Neste sentido, Libardi e Delgado (1999) apontaram que os quatro principais vetores sobre os quais transcorreram este processo de redução do emprego agrícola foram: as duas décadas de taxas de crescimento econômicos inferiores ao crescimento populacional; as modernizações tecnológicas no processo de produção agrícola¹ que aumentaram substancialmente a produtividade do trabalho; o acirramento da concorrência com a abertura comercial; e políticas de valorização cambial e de juros sob uma lógica avessa à produção nacional. Acrescentaríamos um quinto aspecto, conforme Souza (2004), refere-se ao deslocamento inter-regional de algumas atividades agroindustriais e produtivas para outras regiões do País², um elemento novo que se denomina “deslocalização” agroindustrial.

Outro importante fenômeno que vem sendo analisado pela literatura é o aumento consistente de diferentes tipos de famílias rurais (empregadores, conta-próprias, assalariados) com indivíduos ocupados em atividades agrícolas e/ou não-agrícolas no Brasil. O meio rural, portanto, não é mais apenas espaço para a produção agropecuária, mas, também, de outras atividades econômicas, e, atualmente, para muitas pessoas é apenas um local de residência.

*Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Esta pesquisa conta com o apoio do MCT/CNPq, Edital Nº 50/2006 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA). Contudo, as afirmações nela contida são de inteira responsabilidade dos autores.

♥ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

♦ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

▲ Universidade Federal de Uberlândia - UFU

• Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

* Mestranda do Programa de Desenvolvimento Regional e Agronegócio – UNIOESTE

¹ Neste aspecto é interessante observar que os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foram os que apresentaram maior incidência da modernização da base técnica de produção agrícola (KAGEYAMA e LEONE, 2002).

² Como enfatizou Suzuki Jr. (2001, p.14), esse processo ocorreu em função de algumas ações governamentais específicas de favorecimento à expansão de cultivos em outras regiões do país com impactos de magnitudes ainda não totalmente previsíveis sobre as regiões produtoras tradicionais.

Além disso, Nascimento (2005) observou o crescimento de pessoas desocupadas no meio rural.

O espaço rural revelou-se mais complexo e menos dependente das atividades exclusivamente agrícolas. As famílias pluriativas, ou seja, com membros ocupados em atividades agrícolas e não-agrícolas são interpretadas por muitos autores como uma estratégia de viabilizar a agricultura familiar, ou simplesmente reação a situações de pobreza rural, como é o caso notável da região Nordeste (NASCIMENTO, 2005; SACCO DOS ANJOS, 2001).

O desenvolvimento rural ou territorial³ pode estar associado à expansão das famílias pluriativas e não-agrícolas, pois as pesquisas revelam que ambos os tipos de famílias têm renda superior às famílias exclusivamente agrícolas (NASCIMENTO, 2002; 2005). Osakabe (2005) verificou, a partir da análise dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra Domicílio - PNAD, que nas famílias pluriativas a participação das mulheres ocupadas pode ser mais significativa, sustentando que a pluriatividade entre os membros da família se deve ao trabalho provavelmente das mulheres.

Nascimento (2002) aponta que o serviço doméstico remunerado é a principal atividade não-agrícola que as mulheres ocupam no meio rural, o qual é uma atividade precária e com grande grau de informalidade. Melo e Di Sabbato (2004) argumentam que as mulheres no meio rural brasileiro também têm nível de instrução superior ao dos homens; tal situação abre uma janela de oportunidade para responderem a políticas públicas e de inserção ao mercado de trabalho.

No espaço privado, dentro das relações familiares, a divisão social do trabalho construído na agricultura familiar pode ser modificada com a renda proveniente da ocupação das mulheres em atividade não-agrícola. A inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho abriu oportunidade de novas sociabilidades semelhante ao que já vem ocorrendo com as mulheres urbanas, de tal ordem que abre espaço para elas próprias problematizarem os papéis de gênero no âmbito familiar. As mulheres teriam condições de contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento rural.

Na agricultura familiar as mulheres de famílias pluriativas estão mais integradas ao mercado de trabalho não-agrícola, todavia, apresentam rendimentos menores em relação aos dos homens. A mulher no mercado de trabalho sofre discriminação de forma direta no âmbito salarial e de forma indireta no interior das próprias firmas, pois tendem a ser preterida na ascensão hierárquica das empresas ou mesmo não são contratadas. Além disso, as mulheres sofrem forte segregação pela preferência dos empregadores contratarem funcionárias para as funções associadas às atividades de prestação de serviço, e isto fica mais claro para os serviços domésticos e, por outro lado, elas procuram essa ocupação em decorrência à forte demanda. Segundo Soares (2000), as mulheres de renda mais baixa apresentam maior discriminação salarial, por exemplo, as atividades de serviços domésticos, e estão fortemente associadas ao trabalho precário.

A discriminação no trabalho se tornar mais grave do ponto de vista das oportunidades que refletem diretamente a papéis de gênero⁴ nas unidades familiares. As mulheres tendem a ampliar a sua jornada de trabalho quando trabalham fora da propriedade rural, pois, além, de o

³ Desenvolvimento territorial consiste num processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural. A transformação produtiva tem o propósito de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território à mercados dinâmicos. O desenvolvimento institucional tem os propósitos de estimular e facilitar a interação e a concentração dos atores locais entre si e entre eles com os agentes externos relevantes, assim como de incrementar as oportunidades para que a população pobre participe do processo e de seus benefícios (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2003).

⁴ Para o INSTRAW/ONU (1995, p. 15), “gênero é um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico. O sexo biológico é dado pela natureza; o gênero é construído”.

trabalho ser de natureza precária devido à segregação produtiva, há também no cotidiano laboral o trabalho não-remunerado de manutenção da propriedade agrícola e o cuidado dos demais membros da família, conforme o processo socialmente construído para elas serem responsáveis pela reprodução na família.

O trabalho destinado às mulheres é resultado de um processo cultural, guiado pelos costumes e quando desenvolvido principalmente na esfera doméstica ou próxima a ela, tem elevado grau de invisibilidade. Nas áreas rurais esta característica é ainda mais evidente, uma vez que as desigualdades de gênero são ainda mais acentuadas (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

Segundo Abramovay e Silva (2000); Heredia e Cintrão (2006), a mulher rural é responsável pelo trabalho doméstico e ainda pelos cuidados com o quintal, atividade que abrange desde o cuidado com pequenos animais, bem como a cultura de alimentos para o auto-consumo e transformação de alimentos. Como estas atividades não geram renda, não são consideradas trabalho e em razão disso a mulher, apesar de representar em 2006, 72% das pessoas ocupadas que realizam atividades voltadas para o consumo, tem seu papel imperceptível nas estatísticas oficiais, quando analisam a agricultura familiar e interpretam a atividade agrícola como uma extensão das atividades domésticas⁵.

Abramovay e Silva (2000) evidenciaram certa dificuldade em distinguir a produção⁶ e a reprodução⁷ quando se trata da trabalhadora rural e destacam a necessidade de desagregar os dados por sexo, possibilitando, desta forma, diferenciar as atividades desenvolvidas por homens e mulheres. Salientam que as atividades produtivas são desempenhadas por homens e mulheres, no entanto as tarefas reprodutivas são responsabilidades exclusivamente femininas. Os padrões culturais e sociais reforçados pelas instituições, os obstáculos ao acesso a terra, ao crédito e a tecnologia constituem os principais empecilhos para a efetiva contribuição da mulher na agricultura, uma vez que a sociedade considera o homem como chefe da família e atribui a ele a responsabilidade de estar à frente das negociações.

O aumento do número de arranjos familiares⁸ chefiados por mulheres tem crescido continuamente no País e, segundo o IBGE (2006), no ano de 2005 correspondia a 30,6%, esta informação traduz a necessidade de atenção especial das políticas públicas para atender a atual configuração das famílias brasileiras.

Segundo Monsen (2004), normalmente, a renda da mulher na grande maioria é direcionada à educação e alimentação dos demais membros das famílias sem renda, tais como os filhos, de tal forma que reduz o risco social da família. Silva *et al.* (2005) destacam que o envolvimento das mulheres rurais em atividades não-agrícolas (no caso, o turismo rural) gera remuneração que lhe garante independência financeira para gastar em “suas coisas” ou para ajudar nas contas de casa. Nessa condição, a ausência de empoderamento da mulheres nas atividades rurais e a discriminação de salarial no mercado de trabalho não conduz para a condições necessárias para o desenvolvimento rural.

O Estado do Rio Grande do Sul teve sua dinâmica econômica fortemente impactada pela modernização da agricultura, e estão em curso no meio rural ajustamentos, os quais geram profundas alterações nas ocupações agrícolas e não-agrícolas e a relação de gênero é um elemento importantíssimo no processo de desenvolvimento sócio-econômico. No entanto a discussão de gênero e desenvolvimento rural é recente na literatura e particularmente

⁵ Segundo Melo et al. (2007), o trabalho *invisível* doméstico corresponde cerca de 11,2 % Produto Nacional Bruto.

⁶ O conceito de “trabalho produtivo” esta vinculado ao trabalho remunerado, ao espaço público.

⁷ O “trabalho reprodutivo” está ligado às atividades não remuneradas, aos afazeres domésticos, ou seja, ao espaço privado.

⁸ “...conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, de dependência doméstica ou normas de convivência, residentes na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar” (IBGE, 2004, p. 398)

relacionado a “nova ruralidade⁹”, o qual pode se constituir numa contribuição importante no enfrentamento dos problemas atuais das áreas rurais.

O objetivo dessa pesquisa é examinar o trabalho da mulher residente em áreas rurais, no Estado do Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2005, quanto aos aspectos da ocupação e da renda. Especificamente procurou verificar os tipos de ocupações das mulheres nos distintos tipos de famílias rurais; identificar nos tipos de famílias rurais a presença de *mulheres ocupadas* e a sua evolução; analisar a composição da renda oriunda do trabalho feminino segundo cada tipo de família rural.

2 - Metodologia da Pesquisa

2.1 - A Unidade de Análise

No que diz respeito à unidade de análise utilizada esta é a chamada *família extensa* que comporta além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Desta forma, procurou-se construir, uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários.

Foram deixados de lado, na análise, os pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio, os empregados domésticos e seus parentes. A composição da família extensa se deu através da junção dos membros denominados de “pessoas de referência”, “cônjuge”, “filhos”, “outros parentes” e “agregados”.

Essa opção metodológica se deve a duas razões: primeiro, a necessidade de se ter em conta a dissociação crescente entre a família e a exploração agropecuária, seja em relação à renda, seja em relação à ocupação dos seus membros, o que leva a que a gestão da unidade de produção venha se tornando crescentemente individualizada mesmo naquelas regiões onde predominam pequenas explorações familiares. Segundo, que não se pode mais reduzir o rural ao setor agropecuário, seja em função das múltiplas atividades que são lá realizadas, seja porque há uma dissociação crescente entre local de moradia e local de trabalho para um determinado local ou território.¹⁰

2.2 - Tipos de Famílias e o Trabalho da Mulher

Para a construção da tipologia de famílias utilizaremos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, obtidos em CD-ROM para os anos 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. A inserção na atividade econômica (agrícola e não-agrícola) das mulheres dos tipos de famílias rurais foi analisada com base nas seguintes variáveis: setor de atividade e rendimento na ocupação principal.

A pesquisa terá como universo de análise diferentes *tipos de famílias* classificadas da seguinte forma: 1) Pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria, assalariado): a) famílias empregadoras: se na família houver algum membro empregador, tal família é classificada como empregadora; b) famílias conta-própria: não havendo nenhum membro empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria; c) famílias assalariadas: na ausência de empregador e

⁹ Trata-se de um conceito cuja abrangência transborda a difusão de atividades não-agrícolas no meio rural, pois inclui uma noção de desenvolvimento regional fundado na integração sistêmica de atividades dos distintos setores da economia e envolve a noção de desenvolvimento com base nos recursos locais (LAURENTI, 2000, p.2).

¹⁰ A esse respeito ver o trabalho de Brun (1989).

de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado como tal na semana de referência da PNAD. 2) Pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não agrícola, pluriativo): a) famílias agrícolas: pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, ou todos os membros exercerem atividades agropecuárias como ocupação principal; b) famílias pluriativas: pelo menos um membro ocupado na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor econômico, ou exerce dupla atividade agrícola (principal e secundária) na semana de referência da pesquisa; c) famílias não-agrícolas: pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura.

Assim, por exemplo, se numa família de conta-próprias houver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então essa família é classificada como de *conta-própria agrícola*. Caso a referida família de conta-própria tiver pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor, essa seria uma família de *conta-própria pluriativa*. É considerada família de conta-própria pluriativa “tradicional” no caso de combinação de um conta-própria agrícola e um assalariado agrícola na mesma família (não consideramos pluriativa “tradicional” a família de assalariados que tem dois, ou mais, membros assalariados agrícolas¹¹). Se o caso fosse de pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura, essa seria uma família de *conta-própria não-agrícola*. As mesmas combinações podem ser repetidas para as famílias de assalariados e de empregadores. Essa tipologia de famílias é a mesma construída pelo Projeto Rurbano (IE/NEA/UNICAMP).

Por ser uma pesquisa anual, a PNAD possibilita uma análise temporal das variáveis que lhe são pertinentes. Com isso, podem ser construídas séries históricas das variáveis que foram analisadas no estudo. No presente artigo, trabalhamos com o período 2001 a 2005; embora que a partir de 2002 a Classificação Brasileira de Ocupação – CBO-Domiciliar – e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE-Domiciliar – tenham sofrido alterações substanciais, para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD, tais alterações não são problemáticas quando se trabalha com os ramos de atividades no agregado (exemplo das famílias agrícolas, pluriativas e não agrícolas).

Outra classificação importante para a realização da pesquisa consistirá na delimitação dos domicílios urbanos e rurais. Graziano da Silva (2002) explica que, com o objetivo de superar a dicotomia rural-urbana, a qual prevaleceu até a última PNAD dos anos 1980, e, também, buscando reduzir as distorções nos dados provocadas pela não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios, o IBGE, a partir do Censo Demográfico de 1991, introduziu novas aberturas para os domicílios, de forma a captar com mais detalhes as áreas do *continuum* rural-urbano, mantendo a situação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. Desse modo, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados: 1) Áreas Urbanas (Urbanizadas): áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas: i) as áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana; ii) as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc.; iii) as áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores; 2) Áreas Urbanas Não-Urbanizadas: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas (não contíguas àquelas dos itens 1.i e 1.ii acima); 3) Áreas Urbanas Isoladas: casos de vilas e distritos, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.

¹¹ A idéia subjacente é que, se o indivíduo já é assalariado e tiver outro trabalho secundário como assalariado agrícola, continuará sendo assalariado agrícola.

A propósito dos aglomerados rurais, dois critérios foram considerados: o tamanho e a densidade dos mesmos. A partir desses critérios classificou-se: 4) Áreas Rurais – Extensão Urbanas (critério de *contigüidade*): áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município; 5) Áreas Rurais – Povoados: aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou disposto ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores, do seguinte forma: pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo e pelo menos dois dos três serviços seguintes: estabelecimento de ensino de segundo grau, posto de saúde, templo religioso de qualquer credo; 6) Áreas Rurais – Núcleo: é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados; 7) Áreas Rurais – Outros: são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário; 8) Áreas Rurais – Exclusive: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

Para o objetivo do presente artigo nos concentraremos nas categorias que envolvem as áreas rurais; ou seja, agruparemos, em uma só, as áreas 6 e 8, da classificação do IBGE, e melhor definida em Nascimento (2002). Neste estudo consideraremos, portanto, apenas as famílias rurais residentes nas áreas não-metropolitanas denominadas *rurais agropecuários* (junção dos itens 6 e 8)¹².

3 – Resultados Empíricos

3.1 - Formas e Tendências de Ocupação das Mulheres nas Famílias Agrícolas e Rurais

A Tabela 1 apresenta as informações relativas à evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio nas áreas rurais não-metropolitanas do Estado do Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2005, as quais têm apresentado crescimento de 1,1% ao ano, embora não significativo estatisticamente.

O grupo de família conta-própria corresponde a 60% do total das famílias sul-riograndenses, sendo o mais representativo no período analisado. Pode-se observar que houve crescimento das famílias conta-própria na ordem de 0,8% ao ano, não significativo (sentido estatístico). As famílias pluriativas apresentaram crescimento bastante significativo na ordem de 6,6% ao ano no período, enquanto as famílias agrícolas decresceram 0,9% ao ano, não significativo estatisticamente. As famílias agrícolas apresentaram crescimento no período 2001 – 2003, decrescendo nos anos 2004 – 2005. Este dado sugere que há um maior número de famílias conta-própria se deslocando da atividade puramente agrícola para atividades que combinam trabalho agrícola com não-agrícola. A criação de empregos não-agrícolas tem, segundo Graziano da Silva (2002), se constituído numa estratégia capaz manter a população no meio rural e tem contribuído para aumentar a renda destas famílias .

O grupo de famílias empregados é o segundo mais numeroso com 25,5% do total das famílias e tem apresentado crescimento significativo, superior 3% ao ano. Um fato que chama atenção é que neste grupo, ao contrário das de conta-própria, há crescimento das famílias

¹² Um fator para não se analisar as áreas metropolitanas é que, segundo Cromartie e Swanson (1996), a expansão das grandes cidades localizadas nas regiões metropolitanas torna muito “borrada” a distinção entre o rural e o urbano, dificultando as análises (é como se fosse formada uma grande área “homogênea” entendida pelo seu caráter urbano – toda a dinâmica é dada pelo caráter metropolitano dessa área contínua).

agrícolas próximo a 1,0%, embora não significativo (sentido estatístico), e queda de 6,5% ao ano nas famílias pluriativas, esta informação sugere que as famílias dos empregados rurais desenvolvem atividades essencialmente agrícolas, com poucas oportunidades de desenvolverem atividades não-agrícolas na busca do aumento da renda.

Tabela 1
Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Rio Grande do Rio Grande do Sul, 2001-2005. (1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	tx cresc.(% aa.)	
						2001/2005 ^a	
Empregadora com mais de 2 empr	8	10	5	4	4	-20,4	**
Agrícola	3	3	0	1	1	-	-
Pluriativo	2	2	1	1	1	-	-
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0	0	0	1	0	-	-
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	2	2	1	1	1	-	-
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0	0	0	0	0	-	-
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	0	0	0	0	0	-	-
Não-agrícola	3	5	3	2	3	-	-
<i>Não-agrícola</i>	3	5	3	2	3	-	-
Empregadora com até 2 empr	18	10	14	22	20	11,5	
Agrícola	7	4	8	12	10	20,2	*
Pluriativo	9	5	5	8	9	6,2	
<i>Agrícola+Agrícola</i>	2	1	1	2	2	-	-
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	6	4	5	6	6	4,1	
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	1	0	0	1	0	-	-
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	0	0	0	0	0	-	-
Não-agrícola	2	1	1	2	2	-	-
<i>Não-agrícola</i>	2	1	1	2	2	-	-
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0	0	0	0	0	-	-
Conta-Própria	320	342	357	347	330	0,8	
Agrícola	235	240	248	238	226	-0,9	
Pluriativo	63	78	75	86	83	6,6	**
<i>Agrícola+Agrícola</i>	5	14	13	12	11	14,1	
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	51	57	56	69	67	7,7	***
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	6	6	5	5	3	-	-
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	1	1	1	1	2	-	-
Não-agrícola	22	24	34	23	21	-0,6	
<i>Não-agrícola</i>	20	23	30	23	19	-1,9	
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	2	4	1	3	-	-
Empregados	115	128	123	123	139	3,3	*
Agrícola	56	63	58	60	60	0,9	
Pluriativo	18	17	18	15	14	-6,5	***
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	14	10	12	13	10	-4,7	
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	3	6	6	2	3	-	-
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	1	1	0	0	1	-	-
Não-agrícola	41	48	47	48	65	9,6	**
<i>Não-agrícola</i>	37	41	38	41	50	6,2	**
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	5	7	8	8	15	28,2	***
Não-ocupado na semana	57	54	54	49	53	-2,4	*
TOTAL	518	544	553	545	546	1,1	

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família om menos de 5 observações a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Julho 2007.

Ainda analisando o grupo famílias de empregados, pode-se identificar um grande aumento no número de famílias ocupadas em atividades exclusivamente não-agrícolas, com um crescimento bastante significativo superior a 9% ao ano, no entanto, o que mais chama atenção é o aumento na ordem de 28,2% ao ano nas famílias que combinam atividades não-agrícolas com trabalho doméstico, evidenciando um aumento de ocupações de caráter precário.

Os outros tipos de famílias, (empregadoras com até dois empregados e com mais de dois empregados) representavam apenas 4,3% do total das famílias extensas, sendo pouco representativas para esta análise, no entanto cabe destacar que há redução bastante significativa no grupo empregadora com mais de dois empregados na ordem de 20,4%, enquanto as famílias empregadoras com até dois empregados cresceram 11,5%. Este fato pode estar associado a emprego das tecnologias poupadoras de mão-de-obra, que desloca as famílias que deslocou as famílias do grupo para o grupo com dois ou mais empregados para o grupo com até dois empregados, ou mesmo, muitas famílias por conta própria começaram a empregar mão-de-obra para se alinharem aos novos padrões tecnológicos querido pelos complexos agroindustriais.

A Tabela 2 apresenta as informações sobre a evolução do número de mulheres ocupadas nos diferentes tipos de famílias. Inicialmente pode-se verificar que o número de mulheres ocupadas no meio rural do Rio Grande do Sul no ano de 2005 era de aproximadamente 399 mil pessoas, com tendência de crescimento na ordem de 2,3% ao ano no período 2001-2005. Houve significativo crescimento nos primeiros anos, passando a declinar no ano de 2005.

A maior parte deste contingente de pessoas ocupadas do sexo feminino pertencia ao grupo de famílias de conta-própria, aproximadamente 75% do total, ou mais precisamente cerca de 300 mil mulheres. Nota-se que a presença das mulheres em termos relativos são superiores aos dos homens, isto significa que a agricultura familiar há o predomínio de mulheres, além disso, verifica-se que as mulheres deste grupo de famílias encontram-se em leve ascensão em relação a 2001 em termos absoluto e apresenta uma taxa de crescimento da ordem de 1,4% ao ano, embora não significativo estatisticamente, o que revela uma confortável estabilidade no grupo conta-própria.

Essa estabilidade no número de mulheres nesse grupo de famílias (conta-próprias) deve-se provavelmente ao aumento significativo da atividade pluriativa – isto é, do aumento do número de mulheres nas famílias pluriativas – que compensou a queda significativa (sentido estatístico) do número de mulheres nas famílias de conta-próprias agrícolas (3,2% a.a.). Em outras palavras, é na agricultura familiar pluriativa (famílias com atividades pluriativas) que se verifica um aumento do número de pessoas do sexo feminino. Diante disso, pode-se afirmar que as atividades pluriativas têm contribuído com uma parcela expressiva na manutenção das mulheres sul-rio-grandenses no meio rural, durante o período em estudo.

Outro aspecto a ser descrito é a estabilidade do número de mulheres do grupo de conta-própria envolvidas em atividades exclusivamente não-agrícolas. Apesar que em números absolutos ser composto por apenas cerca de 14 mil mulheres no ano de 2005 (aproximadamente 4,5% em relação ao total de famílias conta-própria) ele é um grupo importante. As atividades não-agrícolas somadas as pluriativas das famílias de conta-própria estão contribuindo para a manutenção do número de mulheres ocupadas (residentes) no rural sul-rio-grandense. A masculinização e o envelhecimento no meio rural acarretam problemas de ordem social e econômica em muitas áreas do Estado.

Em relação às famílias conta-própria pluriativas as mulheres compõem um contingente importante deste grupo de famílias. No ano de 2001 representavam 23% em relação ao

número total de mulheres ocupadas das famílias de conta-própria, já em 2005 representava 33%, apresentando tendência significativa de crescimento, taxa de 10,7% a.a., no período analisado.

Tabela 2
Evolução das mulheres ocupadas das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação: Rio Grande do Sul, 2001-2005. (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	tx cresc. (% a.a.)
						2001/2005 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROP.						
Empregadora com mais de 2 empr	6	10	4	2	4	-20,6
Agrícola	1	1	0	0	0	- -
Pluriativo	2	3	1	1	1	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	2	3	1	1	1	- -
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0	0	0	0	0	- -
Não-agrícola	3	5	3	1	3	- -
Empregadora com até 2 empr	15	11	11	20	17	8,0
Agrícola	5	5	5	12	6	17,9
Pluriativo	9	5	5	7	9	3,4
<i>Agrícola+Agrícola</i>	1	1	1	1	2	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	7	5	4	5	8	3,3
Não-agrícola	2	1	1	1	1	- -
Conta-Própria	290	307	318	327	300	1,4
Agrícola	214	213	215	206	185	-3,2 **
Pluriativo	68	83	82	104	101	10,7 ***
<i>Agrícola+Agrícola</i>	3	11	7	8	12	24,2
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	51	63	64	84	83	13,7 ***
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	12	8	10	9	4	- -
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	2	1	1	2	2	- -
Não-agrícola	7	10	22	17	14	19,5
<i>Não-agrícola</i>	6	8	15	15	10	17,9
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	2	6	2	3	- -
Empregados	51	66	66	59	78	7,7 *
Agrícola	18	16	17	17	25	8,0 *
Pluriativo	17	17	17	11	13	-9,0 *
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	13	9	10	9	9	-8,4 **
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	3	8	8	2	3	- -
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	1	1	0	0	1	- -
Não-agrícola	16	32	31	31	40	18,8 **
<i>Não-agrícola</i>	12	24	24	24	27	18,0 *
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	5	9	8	7	13	20,3 *
TOTAL	362	394	400	409	399	2,3 *

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Julho 2007.

Na Tabela 3 constam as informações sobre a evolução do número de homens ocupados nos diferentes tipos de famílias. Inicialmente vale ressaltar a superioridade numérica do número de homens ocupados em áreas rurais, ou seja, eles representam cerca de 62% da mão-de-obra ocupada, o que já era esperado devido ao tipo de trabalho existente nas áreas rurais, o que corrobora com estudos (por exemplo, Camarano e Abramovay, 1999) que apontam para o fenômeno da masculinização das áreas rurais. O aspecto físico para a atividade agrícola deve em certa medida contribuir para a maior adequação da força laboral

masculina. Outros aspectos estão associados à herança da propriedade rural que privilegia os homens; a ausência de participação das mulheres na decisão das atividades rurais e agrícolas; dificuldade de acesso ao crédito rural para as mulheres; maior nível de médio de escolaridade e entre outros contribuem para reduzir a presença das mulheres no meio rural.¹³

Tabela 3
Evolução dos homens ocupados das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação: Rio Grande do Sul, 2001-2005. (1.000 Famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	tx cresc. (%a.a)
						2001/2005 ^a
Empregadora com mais de 2 empr	10	14	6	5	6	-18,5 *
<i>Agrícola</i>	3	5	0	1	1	- -
<i>Pluriativo</i>	3	4	2	2	1	- -
<i>Não-agrícola</i>	3	5	4	2	5	- -
Empregadora com até 2 empr	27	13	22	33	28	10,9
<i>Agrícola</i>	8	5	9	17	12	21,7 *
<i>Pluriativo</i>	15	6	12	13	14	6,0
<i>Não-agrícola</i>	3	1	1	3	2	- -
Conta-Própria	450	490	505	487	467	0,7
Agrícola	322	342	338	325	307	-1,4
Pluriativo	103	119	127	136	137	7,2 ***
<i>Agrícola+Agrícola</i>	9	19	27	19	19	15,7
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	84	93	93	108	107	6,7 ***
<i>Agrícola+Trab. Dom.</i>	9	6	6	8	8	- -
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	2	1	1	1	4	- -
Não-agrícola	25	29	40	26	23	-3,0
<i>Não-agrícola</i>	24	27	33	26	18	-5,9
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	2	7	1	5	- -
Empregados	132	144	139	141	152	2,5 *
Agrícola	58	76	74	74	70	3,6
Pluriativo	29	22	24	25	21	-5,1
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	22	12	16	21	15	-2,2
<i>Agrícola+Trab. Dom.</i>	6	9	8	4	5	- -
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	1	1	0	0	1	- -
Não-agrícola	45	46	41	42	61	4,9
<i>Não-agrícola</i>	41	41	36	36	48	1,8
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	4	6	5	6	13	26,3 **
TOTAL	619	661	672	665	653	1,1

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Julho 2007.

Nota-se crescimento absoluto no número de homens ocupados no meio rural sul-rio-grandense no período 2001-2005, embora que estatisticamente revele uma confortável estabilidade. Em certa medida aponta para uma nova tendência de retenção populacional, visto que muitas pessoas apenas residem no “campo” tendo algum tipo de produção para auto-consumo de origem agropecuária. Outro fato que merece destaque é que os homens pluriativos nas famílias por conta-própria apresentam uma tendência (estatística) de crescimento de 7,2% ao ano. Em resumo, pode-se afirmar que o aumento no número de homens ocupados nas áreas rurais sul-rio-grandenses se deve ao acréscimo da atividade

¹³ Ver mais em Deere; León (2002); Bruschini et al. (2006).

pluriativa, o fato de ter pelo menos um membro ocupado na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor econômico, pode explicar esse crescimento da população rural masculina.

Ao se analisar o grupo de famílias de empregados na Tabela 2 pode-se verificar uma informação importante: o crescimento significativo do número de homens ocupados em atividades exclusivamente não-agrícolas da ordem de 26,3% ao ano. E esse crescimento ocorre nas famílias de empregados não-agrícolas que combinam atividade não-agrícola e trabalho doméstico remunerado, ou seja, também entre os homens rurais sul-rio-grandenses cresce o envolvimento com ocupações de caráter precário. Esse trabalho doméstico deve estar provavelmente associado às atividades de jardinagem, serviços gerais na propriedade ou como caseiro.

Como já foi observado anteriormente é nas atividades não-agrícolas e pluriativas que ocorre uma maior expansão entre mulheres e homens. Isto evidencia uma tendência de diversificação das ocupações do trabalhador e trabalhadora. No entanto, as mulheres parecem acelerar o comportamento de envolvimento em atividades não-agrícolas e pluriativas.

Como já foi mencionado por vários autores, o desenvolvimento rural ou territorial pode estar associado à expansão das famílias pluriativas e não-agrícolas, pois as pesquisas revelam que ambos os tipos familiares têm renda superior às famílias exclusivamente agrícolas. A trabalhadora residente no meio rural pode estar sustentando a pluriatividade e a presença das atividades não-agrícolas entre os membros da família e este fato deve estar sendo fundamental para "estancar" o êxodo rural que se verifica no rural sul-rio-grandense entre homens e mulheres, em especial, na agricultura familiar.

Ainda sobre a Tabela 2, observa-se que as mulheres das famílias pluriativas com pluriatividade desejada (combinação de atividade agrícola e atividade não-agrícola, sem serviço doméstico remunerado) eram as que possuíam maior representatividade no conjunto deste tipo de famílias, ou seja, constituíam um conjunto de aproximadamente 83 mil pessoas no ano de 2005, equivalente a 82% do total de mulheres das famílias pluriativas.

Esse dado é extremamente importante do ponto de vista da qualidade de trabalho, porque a atividade não-agrícola na ocupação de doméstica tende a ser muito precária e pouco agrega nas relações (papeis de) gênero, porque é praticamente uma extensão do seu próprio lar reproduzindo as tarefas realizadas na sua moradia. Além disso, as oportunidades de inserção da mulher no mercado de trabalho e, principalmente, participar das organizações que cercam o mundo do trabalho, tais como sindicatos, associações e o próprio ambiente laboral é praticamente inexistente no lar de outra família. De tal ordem, que cria pouca oportunidade dessa mulher rural ter contato com os avanços e conquistas criadas pelo movimento feminista urbano brasileiro. Segundo Gasson e Winter (1992), as atividades pluriativas podem liderar nas familiares rurais o questionamento dos papeis e as relações de gênero, em razão do aumento da independência financeira das mulheres ou mesmo do aumento do empoderamento das mulheres nas atividades produtivas na propriedade. Entretanto, ainda conforme as autoras, não é a atividade pluriativa por si só que fará a mulher e o homem deixarem as tradições que perpetuam no meio rural, mas o contato com as pessoas nas atividades não-agrícolas.

A idéia de desenvolvimento sócio-econômico necessariamente precisa tomar em conta o processo qualitativo das relações de gênero no trabalho e nas famílias, principalmente na agricultura familiar em que a renda tem um fundo em comum. Várias atividades que inicialmente são complementares passam a ter um papel relevante na renda da família como a agroindústria familiar rural¹⁴, a produção de leite, o artesanato, o turismo e outros, que em muitos casos são inicialmente as mulheres as responsáveis. Os papéis de gênero determinados pelos contextos social, econômico e político na organização e divisão do trabalho na

¹⁴ Ver mais em Amorin (2007).

propriedade familiar devem ser minimamente problematizados e reavaliados. Caso não sejam, pode afetar o desempenho das atividades exercidas pelos seus membros os quais interferem diretamente na qualidade de vida da família. Deve-se ressaltar do ponto de vista do desenvolvimento que o forte sistema patriarcal vigente no meio rural pode contribuir na supressão de algumas liberdades individuais das mulheres.

O grupo de famílias de empregados é o segundo maior grupo em termos de importância do número absoluto e relativo de mulheres entre os tipos de famílias. Pode-se observar que no ano de 2005 as famílias de empregados apresentavam 78 mil mulheres ocupadas, que em relação ao total de famílias representavam aproximadamente 20% do número de mulheres ocupadas, e que apresentaram tendência significativa de aumento (7,7% a.a.). Destas 78 mil mulheres, mais da metade delas estavam envolvidas em atividades exclusivamente não-agrícolas (40 mil mulheres ocupadas) no ano de 2005. Essas mulheres ocupadas nas famílias exclusivamente não-agrícolas apresentavam uma forte e significativa tendência de crescimento no período considerado de 18,8% ao ano. Para as mulheres ocupadas nas famílias pluriativas – *agrícola+trabalho doméstico* – há clara tendência de crescimento na ordem de 20,3% ao ano. O desejável seria uma redução na taxa deste tipo de atividade, uma vez que o trabalho doméstico não apresenta um potencial significativo para o desenvolvimento rural. Embora Nascimento (2002), tenha constatado que a família agrícola com algum membro ocupado em um serviço doméstico remunerado tenha uma renda familiar superior ao de uma família exclusivamente agrícola.

Complementarmente, a Tabela 2 ainda fornece duas outras informações importantes com relação ao grupo de famílias de empregados: a primeira diz respeito à presença de mais de 32% de mulheres ocupadas em famílias agrícolas; a segunda informação relevante é a constatação da presença de cerca de 16% de famílias pluriativas.

Em relação aos outros tipos de famílias (empregadoras com até dois empregados e com mais de dois empregados) as informações disponíveis apontam para magnitude inexpressiva de mulheres ocupadas, sendo que em alguns casos a insuficiência de informação dificulta uma análise mais aprofundada.

Ao se tentar fazer uma síntese das informações apresentadas para o período podemos verificar que existe um crescimento significativo de mulheres ocupadas no rural não-metropolitano sul-rio-grandense e que esse aumento ocorre principalmente no universo da chamada agricultura familiar.

A Tabela 4 apresenta as informações sobre o número médio de mulheres ativas na região não-metropolitana rural do Estado do Rio Grande do Sul no período 2001-2005. Como se pode observar o número médio de mulheres ocupadas é relativamente baixo em relação ao número total, situando-se ao redor de 1 (um) com uma tendência confiável de crescimento no período analisado. Essa tendência de crescimento verificada provavelmente decorre do aumento (significativo) no número médio de mulheres ativas nas famílias de conta-própria pluriativas (3,8% a.a.) e de conta-própria não agrícolas (20,2% a.a.).

No grupo das famílias conta-própria pode-se observar uma redução significativa do número médio de mulheres ativas envolvidas com atividades exclusivamente agrícolas da ordem de 2,4% ao ano. Mas, o que contrapõe esta tendência são aquelas apresentadas pelas mulheres ocupadas das famílias não-agrícolas e das famílias com pluriatividade tradicional (combinação de atividade agrícola e outra atividade agrícola complementar)¹⁵.

Em relação às famílias de empregados também se observa uma tendência confiável de crescimento do número médio de mulheres ocupadas entre as famílias de empregados com atividades exclusivamente não-agrícolas. Vale destacar também na análise das informações

¹⁵ Não encontramos uma explicação para este súbito aumento do número médio de mulheres ocupadas entre as famílias com pluriatividade tradicional.

deste grupo a estabilidade (estatística) do número médio de mulheres ocupadas nas famílias não-agrícolas.

Tabela 4
Evolução do número médio das mulheres ativas das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação de seus membros: Rio Grande do Sul, 2001-2005 (1.000 pessoas)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	tx cresc. (% a.a)
						2001/2005 ^a
Empregadora com mais de 2 empr	0,8	0,9	0,9	0,6	1,0	-0,2
Agrícola	0,4	0,4	-	0,0	0,0	- -
Pluriativo	0,8	1,5	1,0	1,0	2,0	- -
<i>Agrícola+Agrícola</i>	-	-	-	1,0	-	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	0,8	1,5	1,0	1,0	2,0	- -
Não-agrícola	1,2	1,0	0,8	0,7	1,0	- -
<i>Não-agrícola</i>	1,2	1,0	0,8	0,7	1,0	- -
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	-	-	1,0	-	-	- -
Empregadora com até 2 empr	0,9	1,1	0,8	0,9	0,8	-3,2
Agrícola	0,7	1,1	0,7	1,0	0,6	-1,9
Pluriativo	1,1	1,1	0,9	0,9	1,1	-2,7
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0,7	1,1	1,1	0,7	0,7	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	1,1	1,1	0,9	0,9	1,2	-0,8
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	2,0	-	-	1,0	-	- -
Não-agrícola	0,8	1,0	1,0	0,3	0,7	- -
<i>Não-agrícola</i>	0,8	1,0	1,0	0,3	0,7	- -
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	-	-	-	-	-	- -
Conta-Própria	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,6
Agrícola	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	-2,4 ***
Pluriativo	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	3,8 ***
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0,7	0,8	0,5	0,6	1,1	8,9
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	5,7 ***
<i>Agrícola+Trab. Dom.</i>	2,1	1,4	1,9	2,0	1,4	- -
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	2,0	2,0	2,0	4,0	1,3	- -
Não-agrícola	0,3	0,4	0,6	0,7	0,6	20,2 ***
<i>Não-agrícola</i>	0,3	0,4	0,5	0,7	0,6	20,2 ***
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1,0	1,3	1,6	4,0	1,2	- -
Empregados	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	4,2
Agrícola	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	7,0
Pluriativo	0,9	1,0	1,0	0,7	1,0	-2,7
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	0,9	0,9	0,8	0,7	0,9	-3,9
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	1,0	1,2	1,2	1,3	1,0	- -
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	1,0	1,0	-	-	2,0	- -
Não-agrícola	0,4	0,7	0,7	0,6	0,6	8,4
<i>Não-agrícola</i>	0,3	0,6	0,6	0,6	0,5	11,1
<i>Não-agrícola+Trab. Dom</i>	1,0	1,2	0,9	0,9	0,8	-6,2
TOTAL	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	1,2 *

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Julho 2007.

Este fato é importante na medida em que essa forma de combinação com trabalho doméstico resulta de um padrão muito concentrado de rendas no País devido a baixa

remuneração, e se constitui um bolsão de ocupações para a mão-de-obra feminina no Brasil, porque não exige nenhuma qualificação, conforme expôs Mello (1998, p.120). A distribuição desigual de renda brasileira ajuda a explicar tal fenômeno. Mais uma vez se indica a precariedade das formas de ocupação com trabalho doméstico no sentido de proporcionar bem-estar a seus membros¹⁶.

Em síntese, a análise da evolução do número médio de mulheres ativas entre os diferentes tipos de famílias nas áreas rurais não-metropolitanas sul-rio-grandenses aponta para os seguintes aspectos: uma tendência geral de crescimento do número médio de mulheres ocupadas, provavelmente devido ao aumento do número médio de mulheres ocupadas das famílias envolvidas em atividades exclusivamente não-agrícolas. A novidade é que se verificou no período analisado uma estabilidade de mulheres no trabalho precário (trabalho doméstico) o que pode ser traduzido como uma melhoria nas perspectivas condições anteriores.

3.2 - A participação da renda da mulher na composição da renda das famílias agrícolas e rurais sul-rio-grandenses

A Tabela 5 apresenta as informações relativas à composição das rendas médias da mulher, segundo o tipo de família nas áreas rurais não-metropolitanas do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2005. Como se pode observar nos resultados, a composição das rendas médias das famílias, segundo gênero (mulher) no Rio Grande do Sul em 2005 é composto na em maior número pela renda de mulheres aposentadas e pensionistas, com participação de mais de 44%, seguida pela renda advinda de atividades não-agrícolas com participação próxima a 33%. Tem como a terceira maior participação a renda obtida com a atividade puramente agrícola, com percentual acima de 15% das rendas em relação ao total.

As chamadas “outras rendas” são menos importantes representando em torno de 8% na composição das rendas médias familiares. Esse resultado encontra-se de acordo com a literatura internacional, a qual aponta que “outras rendas são muito menos importantes” na composição da renda familiar rural (MACKINON et al., 1991, p. 63). Todavia, vale ressaltar a importância das aposentadorias e pensões na composição das rendas das mulheres rurais sul-rio-grandenses, este dado pode revelar que a população feminina rural apresenta expressiva dependência das transferências sociais.

Em relação à participação da renda da mulher no caso das famílias de conta-própria é possível observar novamente a alta participação na fonte de renda aposentadoria/pensões que corresponde a 52% da renda familiar total. Outro aspecto que merece ser destacado é a participação expressiva da fonte de renda não-agrícola atingindo cerca de 25% da composição do total da renda. A renda agrícola continua sendo a terceira mais importante contando com apenas 15,4% da renda total. No que se refere às famílias de conta-própria agrícola verifica-se uma participação um pouco superior na renda agrícola 18,4%, mas o que chama atenção é a renda de aposentadorias/pensões que contribui com mais de 70% da renda familiar. Esse fato pode ser revelador de uma grande dependência destas famílias, que são comumente denominadas de “agricultores familiares”, da renda oriunda de transferências sociais na forma de aposentadorias e pensões, especialmente daquelas originárias das mulheres rurais.

Uma afirmação parecida poderia ser feita em relação às famílias conta-própria com *pluriatividade tradicional* as quais contam, também com parcela importante da renda (acima de 45%) dependente das formas de transferências sociais. Os resultados no seu conjunto

¹⁶ Hildete P. de Mello, estudiosa da questão do trabalho doméstico no Brasil, declarou em entrevista para Soares (2005), que: “Os altos salários são casos pontuais. A média é realmente ainda muito baixa”. Segundo ela, “os números da PNAD de 2001 mostravam que apenas um terço dos empregados domésticos tinha carteira assinada no país”.

confirmam o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da previdência social no meio rural, fato que outros autores já comprovaram, em especial Delgado e Cardoso (2000).

Tabela 5
Composição das rendas da média da mulher segundo o tipo de famílias: Rio Grande do Sul, 2005 (R\$ set. 2005).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Agrícola %	Não-agrícola %	Após/pens %	Out font %	2005 R\$
Empregadora com mais de 2 emp.	0,0	25,6	74,2	0,3	217,30
Pluriativo	0,0	0,0	100,0	0,0	300,00
Não-agrícola	0,0	36,9	62,7	0,4	208,54
Empregadora com até 2 emp.	5,7	57,3	35,1	2,0	233,31
Agrícola	0,0	0,0	86,1	13,9	67,44
Pluriativo	7,0	61,7	30,9	0,5	355,50
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0,0	0,0	94,8	5,2	105,46
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	7,6	67,5	24,8	0,0	458,98
Não-agrícola	0,0	100,0	0,0	0,0	259,96
Conta-Própria	15,4	25,1	52,4	7,1	279,89
Agrícola	18,4	0,0	73,3	8,3	207,10
Pluriativo	14,2	44,8	35,0	6,0	423,53
<i>Agrícola+Agrícola</i>	44,6	0,0	45,8	9,6	235,90
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	10,9	47,1	35,9	6,1	462,95
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	34,4	54,1	11,5	0,0	392,12
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	0,0	100,0	0,0	0,0	183,24
Não-agrícola	0,0	72,7	20,9	6,4	333,87
<i>Não-agrícola</i>	0,0	73,3	22,0	4,7	351,70
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0,0	70,0	15,8	14,2	271,46
Empregados	17,2	56,9	13,6	12,3	250,78
Agrícola	69,0	0,0	20,4	10,6	154,53
Pluriativo	15,9	68,3	5,6	10,2	191,77
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	22,0	69,7	5,1	3,2	284,51
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0,0	87,6	0,0	12,4	184,98
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	0,0	48,4	0,0	51,6	310,00
Não-agrícola	0,0	73,3	13,3	13,4	353,93
<i>Não-agrícola</i>	0,0	75,0	9,7	15,3	380,16
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0,0	66,2	28,0	5,8	276,46
Total	15,3	32,7	44,1	7,9	270,88

Ainda sobre as famílias de contra-própria observa-se que para as mulheres envolvidas somente com atividades agrícolas tanto no tipo de família agrícola e como pluriativa tradicional (*agrícola+agrícola*) a renda das transferências sociais é muito importante, representando um alto percentual. Provavelmente elas são em média mais idosas em relação às mulheres que se dedicam pelo menos parte de seu tempo em atividades não-agrícolas. Esse comportamento etário da população feminina reforça as observações de masculinização do meio rural bem como o envelhecimento, pois as mulheres que trabalham em atividades não-agrícolas em média têm baixa participação de aposentadorias/pensões, portanto devem ser mais jovens. Essas mulheres em atividades não-agrícolas quando exercidas nos centros urbanos, e particularmente na região Sul as oportunidades são maiores em razão de sua extensa rede urbana, têm grande probabilidade de se transferirem em definitivo para a sede dos municípios ou para os seus distritos.

A análise da participação da renda da mulher no grupo das famílias de empregados revela uma predominância da fonte de renda não-agrícola em relação às outras rendas, sendo que esta participa com mais de 56% do total da renda. A participação das rendas de transferências sociais é de aproximadamente 13% do total das rendas, sendo que esta fonte de renda atinge mais de 20% da renda no caso das famílias de empregados agrícolas. Neste tipo de famílias percebe-se uma alta participação das rendas agrícolas (69%) na composição total das rendas das mulheres, ou seja, uma das mais altas percentagens deste tipo de renda entre todos os grupos de famílias.

No caso das famílias empregadoras com até dois empregados a participação das rendas não-agrícolas na composição das rendas das mulheres ocupadas é novamente bastante expressiva, sendo neste caso seguida pela presença da renda proveniente de transferências sociais (aposentadorias/pensões) e posteriormente e pelas rendas originárias da atividade agrícola.

Em resumo, pode-se afirmar que a análise da participação das rendas das mulheres na composição da renda dos distintos tipos de famílias revelou agricultura familiar (contra-própria: agrícola e pluriativa tradicional), uma participação superior das rendas provenientes de transferências sociais sob a forma de aposentadorias e pensões em relação às demais fontes de renda. Além deste fato verifica-se uma forte presença de rendas originadas na atividade não-agrícola. Estas informações permitem evidenciar que as maiores fontes de renda feminina no meio rural sul-rio-grandense provêm principalmente de aposentadorias e pensões, seguida de ocupações e de rendas não-agrícolas.

Estes dados podem estar associados às conquistas dos movimentos das mulheres rurais que passaram a adquirir a aposentadoria aos 55 anos de idade, direito previsto na Constituição de 1988, mas que passou a ser concedido apenas a partir de 1991. Até então as mulheres rurais só tinham, acesso ao benefício aos 65 anos de idade. (HEREDIA e CINTRÃO, 2006; NAVARRO, 1996). Ter direito a aposentadoria mais cedo (5 anos em relação aos homens) somada ao fato de pertencer a uma região que apresenta maior expectativa de vida do país para ambos os sexos, segundo dados do IBGE (2006), constitui-se em uma variável bastante importante para o comportamento dos dados, pois as mulheres vivem quase oito anos a mais que os homens (75,3 anos mulheres e 67,5anos homens).

Analisando as informações das Tabelas 1 e 5 pode-se verificar que as atividades pluriativas têm proporcionado maior nível de renda para o grupo de famílias conta-própria, e são essas famílias as que mais crescem. A atividade não-agrícola é a mais expressiva do grupo, gerando 44,8% da renda que no ano de 2005 correspondia a R\$ 432,53.

O grupo de empregados tem apresentado queda na atividade pluriativa, mas para aqueles que desenvolveram, a atividade não-agrícola é também a que gerou maior nível renda, correspondente a 68,3% dos R\$ 191,77. No grupo empregados os maiores níveis de renda provem do desenvolvimento da atividade não-agrícola pura e correspondia a R\$ 380,16, dos quais 75% tem origem na atividade não-agrícola.

Enfim, o desenvolvimento de atividades pluriativas tem gerado maior nível de renda para as famílias conta-própria, enquanto a atividade exclusivamente não-agrícola é maior fonte de renda e ocupação no grupo empregados.

4 – Conclusões

O objetivo central desse artigo consistiu em examinar o comportamento das ocupações e das fontes de rendas da mulher residente em áreas rurais no Estado do Rio Grande do Sul no período 2001 a 2005.

Com as informações disponíveis é possível apresentar algumas conclusões tendo em conta o período analisado. A primeira delas é o aumento do número de pessoas ocupadas

(homens e mulheres) nas áreas rurais sul-rio-grandenses devido a um contínuo aumento do número de pessoas ocupadas no universo da agricultura familiar e, principalmente, de famílias de empregados. As tendências apresentadas em relação ao número médio de mulheres ativas apontam para uma análise muito semelhante. O crescimento da agricultura familiar nesse período é um aspecto de particular importância devido ao fato deste grupo social se constituir de especial importância nos aspectos não apenas produtivos, mas também de geração de emprego e renda nas áreas rurais. O desenvolvimento rural ou territorial estão estreitamente associado às formas de produção na agricultura familiar.

Esse crescimento se dá, como se pode verificar em virtude do comportamento da evolução das famílias que desenvolvem atividades pluriativas e não-agrícolas. Paralelamente observou-se um aumento das mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas das famílias cujos membros estavam envolvidos em atividades exclusivamente não-agrícolas no universo da agricultura familiar. No grupo de famílias de empregados também se verificou o mesmo fenômeno, apenas com maior amplitude. Ou seja, a saída das mulheres das atividades agrícolas levou-as a se ocuparem em atividades exclusivamente não-agrícolas, já que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade) apesar de sua importante relevância quantitativa não apresentou tendência significativa no grupo empregados. Nesse cenário tem-se a preocupante tendência de proletarização do trabalhador rural tanto homens como mulheres, no entanto é mais acentuado para as trabalhadoras.

Em outras palavras, a participação das mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas está aumentando significativamente no grupo de famílias empregados e tem contribuído para "estancar" o êxodo rural que se verifica no "campo" sul-rio-grandense entre homens e mulheres, em especial, na agricultura familiar.

A segunda conclusão é que as mulheres têm papel importante na intensa relação entre as ocupações agrícolas e não-agrícolas, e nessa última ocupação a atividade de serviços domésticos apresentou um crescimento bastante significativo no grupo empregados, tanto para trabalhadores do sexo feminino quanto do sexo masculino, evidenciando a precariedade deste tipo de atividade. Este fato não é desejável, uma vez que está ligado a uma simples extensão do trabalho que realiza no seu lar, além disso, pouco agrega nas relações de gênero e restringe a oportunidade de participar de organizações que cercam o mundo do trabalho, diminuindo as oportunidades de ter acesso aos avanços e conquistas do movimento feminista.

A terceira e última conclusão é que nas famílias de contra-própria, as mulheres envolvidas somente com atividades agrícolas tanta no tipo de família agrícola e como pluriativa tradicional (*agrícola+agrícola*) a renda das transferências sociais é muito importante. Provavelmente, elas são em média mais idosas em relação às mulheres que se dedicam pelo menos parte de seu tempo em atividades não-agrícolas. Esse tipo de renda é absolutamente fundamental para a permanência e o bem-estar das famílias no meio rural, conforme já foi destacado anteriormente. Porém, no grupo empregados a maior fonte de renda provém da atividade não-agrícola, sendo a combinação não-agrícola com trabalho doméstico o que tem apresentado maior taxa de crescimento.

Enfim, os papéis de gênero na unidade familiar rural podem sofrer mudanças mínimas em termo da divisão das tarefas não-remuneradas ou na decisão dos gastos ou planejamento. Alterações dessa ordem, todavia podem impactar positivamente no processo desenvolvimento rural. Mas, para que tal situação tenha condições concretas de se expressar, deve emergir as questões de gênero nas formulações de políticas públicas e nas organizações rurais.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. da (Org.) **Trabalho e gênero:**

mudanças, permanências e desafios. São Paulo: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFGM, 2000.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, M. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização: panorama dos últimos 50 anos.** Brasília: IPEA, 1999. (texto para discussão)

AMORIN, L.S.B. Desenvolvimento territorial rural: estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná. Toledo: CCSA/UNIOESTE, 2007. (dissertação de mestrado).

BRUN, A. La famille comme unité d'analyse du secteur agricole. **Économie Rurale**, n. 198, nov.-déc. p.3-8, 1989.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; UNBEHAUM, S. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: **O progresso das mulheres no Brasil.** Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. Brasília: CÉPIA. Fundação Ford, 2006

CROMARTIE, J.; SWANSON, L. Census tracts more precisely define rural population and areas. **Rural Development Perspectives.** Washington, v. 11, n. 3, p. 31-39, 1996.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher:** direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELGADO, G. C.; CARDOSO Jr., J. C. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região Sul do Brasil.** Brasília, IPEA. 2000.

GASSON, R.; WINTER, M. Gender relations and farm household pluriactivity. **Jornal of Rural Studies**, v. 8, n. 4, p. 387-397, 1992

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo rural brasileiro.** 2º.ed. Campinas, SP: UNICAMP-I.E., 2002. (Coleção Pesquisas, 1).

HEREDIA, B. M. A.de; CINTRÃO R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: **O progresso das mulheres no Brasil.** Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. Brasília: CÉPIA. Fundação Ford, 2006.

IBGE, **Síntese de indicadores sociais**, 2003, Rio de Janeiro, IBGE, 2004.

IBGE, **Síntese de indicadores sociais**, 2006, disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774.
Acesso em 20/10/2007.

INSTRAW/ONU. **Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento:** uma abordagem básica. Distrito Federal: ONU, 1995.

KAGEYAMA, A.; LEONE, E. T. Trajetórias da modernização e emprego agrícola no Brasil, 1985-1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Brasília: v. 40, n. 1, p. 9-25, Jan./Mar., 2002.

KAGEYAMA, A.; REHDER, P. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 31, n.1, jan./mar., p.23-44,1993.

LAURENTI, A. C. Terceirização dos trabalhos agrários e o “Novo Rural”. **ORNAs**, ocupações rurais não agrícolas: anais: oficina de atualização temática. Londrina, PR: IAPAR, 2000.

LIBARDI, D. e DELGADO, P. A redução do trabalho agrícola no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, jan./abr., p.51-59, 1999.

MACKINNON, N., BRYDEN, J. M., BELL, C., FULLER, A. M. & SPEARMAN, M. Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability in the Western Europe. **Sociologia Ruralis**, XXXI-1, p. 58-71, 1991.

MELO, H. P. de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. In: **Cinco estudos de casos sobre serviços no Brasil**. RJ: MICT, 1998.

MELO, H. P. de; Di SABATTO, A. Situação das mulheres trabalhadoras rurais e a política pública no Brasil. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília: MDA, p. 46-87, 2005.

MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M; Di SABATTO, A. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.16, n.3 (31), p. 435-454, dez, 2007.

MOMSEN, J. H. **Gender and development**. London: Routledge Perspectives on Development, 2004.

NASCIMENTO, C. A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2005, 218p. (tese de doutoramento).

NASCIMENTO, C. A. **Evolução das famílias rurais no Brasil e Grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999**. Campinas: UNICAMP, 2002, 153 p. (dissertação de mestrado).

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978,1990. In: NAVARRO, Z. (Org.) **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

OSAKABE, E. Caracterização do trabalho feminino no rural brasileiro: In:CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, Ribeirão Preto. **Anais**. Ribeirão Preto: SOBER, 2005 (CD-Rom).

SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 17, outubro, p. 55-77, 2001.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. Chile: Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2004. (serie de documentos debates y temas rurales).

SILVA, M. F. da; ALMEIDA, J. A. J.; SOUZA, M. de. O turismo rural e as organizações sociais locais no distrito de São Pedro, Bento Gonçalves – RS. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 5, p. 335-344, 2005.

SOARES, P. **Emprego doméstico lidera a retomada**. Folha de São Paulo. Caderno Dinheiro. 06/03/2005.

SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Brasília: IPEA, 2000. (texto para discussão, 769).

SOUZA, M. **Atividade não agrícola e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. Campinas: UNICAMP – Feagri, 2000. (tese de doutorado).

SOUZA, M. Agricultura, ocupações e rendas das pessoas nas áreas rurais do Estado do Paraná: 1992-99. **Revista Ensaios (FEE)**, Porto Alegre-RS, v. 25, n.2, p. 523-543, 2004.

STADUTO, J. A. R.; SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agricultura em São Paulo**, v.47, n.1, p.57-70, 2004.

SUZUKI JR., J. T. A agricultura paranaense e o aproveitamento econômico das novas fronteiras agrícolas. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 23, n.9-10, p.12-14, set./out , 2001.